

R\$ 2 MILHÕES PARA SAÚDE

Vereadores adiam votação do projeto de suplementação

>> **Fabíola Tormes**
Redação DS

A pedido dos vereadores Vagner Constantino (PSDB) e Sílvio Somavilla (PV) e aprovado pela maioria, os parlamentares tangaraenses adiaram por mais 15 dias a votação do Projeto de Lei Ordinária nº 031/2014, que dispõe sobre alteração de metas físicas e financeiras no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e sobre a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.004.500,00, destinado a custear

despesas da Secretaria Municipal de Saúde. Para Constantino, que inicialmente solicitou pedido de vistas de sete dias, o adiamento é necessário para que o Executivo Municipal possa sanar alguns problemas, segundo ele, contidos no projeto, como a retirada total da rubrica (dotação orçamentária) do Parque Figueira. “Está zerando a rubrica do Parque Figueira. Como o município vai resolver a indenização daquelas 20 ou 30 famílias?”, questionou o parlamentar, pedindo o entendimento e a compreensão do Executivo Municipal aos

argumentos apresentados, “pois é importante que se discuta de onde está se tirando esse dinheiro”. Já Somavilla solicitou um prazo maior, de 15 dias, para uma análise mais completa, aceita por oito vereadores. “Para não se cometer erros”. Para o Município, a aprovação do referido projeto pelos parlamentares para o remanejamento orçamentário é necessária para que as obras de reforma e ampliação da Unidade Mista de Saúde e de construção do Centro Cirúrgico sejam realizadas com recursos próprios.



O pedido de vistas do Projeto de Lei foi aprovado por 8 votos

SORRISO



O hospital atende hoje 14 municípios

MPE quer garantir reforma do Hospital Regional

>> **Clênia Goreth**
Assessoria MPE

Problemas relacionados à superlotação, demanda reprimida de cirurgias eletivas e falta de espaço e equipamentos para atendimento aos pacientes no Hospital Regional de Sorriso motivaram o Ministério Público Estadual a ingressar com ação civil pública contra o Estado de Mato Grosso. Foi requerido ao Poder Judiciário, em caráter liminar, que determine ao Estado a realização das obras de reforma e ampliação do pronto socorro e maternidade e a aquisição dos equipamentos necessários para a renovação e complementação do parque tecnológico da unidade. Consta na ação, que atualmente a demanda reprimida por cirurgias eletivas no Hospital Regional de Sorriso é de

aproximadamente 1.700 procedimentos. A unidade também enfrenta problemas por conta da insuficiência de leitos. Muitos pacientes estão internados nos corredores do hospital, em total desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. “O hospital não vem conseguindo atender sequer os casos urgentes”, ressaltou o promotor de Justiça Rodrigo Fonseca Costa. Segundo ele, durante as investigações foi constatado que desde meados de 2007 a direção do hospital vem informando à administração estadual sobre a necessidade da realização de reforma e ampliação da unidade, mas nenhuma providência foi adotada para a solução do problema. O hospital atende hoje 14 municípios com uma população estimada de quase 400 mil habitantes.

MT-235

Governo sela acordo com comunidade indígena Pareci



Reunião dos Pareci com Governo de Mato Grosso

>> **Fernando Leal**
Assessoria AL/MT

O governador Silval Barbosa e o procurador-geral do Estado, Jenz Prochnow Júnior, firmaram na tarde da última segunda-feira, 31 de março, um compromisso com representantes das lideranças Paresi, de Tangará da Serra, Sapezal, Conquista D'Oeste e Campo Novo do Parecis. A comunidade indígena quer o reconhecimento da permanência da cobrança, pelo seu povo, do direito à passagem dos veículos em parte

da rodovia MT-235.

Os integrantes dos HalitiParesi – representados juridicamente pelas Associações Waymarê e Halitinã – pedem a concessão do trecho Rio Papagaio-Rio Verde, da Rodovia João Arrezomae (João Garimpeiro). Essa extensão da rodovia atravessa a área Utiariti, situada entre Campo Novo do Parecis e Sapezal. Na audiência, um dos líderes do grupo e da Aldeia Bacaval, Arnaldo Zunizakae, revelou preocupação com a possível quebra do acordo que permitiu a cobrança definida no Artigo 150

da Constituição brasileira como “pedágio”, mas o governador reconheceu o pacto da época. “Me comprometo debuchar sobre o assunto para encontrar viabilidade jurídica e evitar prejuízos para as comunidades indígenas. Vamos trabalhar com prioridade”, disse Silval. Ele garantiu que o procurador Jenz Prochnow Júnior vai montar uma equipe para trabalhar em parceria com a Procuradoria Geral da União e a Fundação Nacional do Índio. O processo incluirá um termo de acordo entre governo, os indígenas e

a Funai. Fontes do órgão garantem apenas que já existe um processo administrativo para liberação da rodovia. O ponto de partida será a apresentação formal ao governo, pelos indígenas, de documento tratando do assunto. Além de 30 representantes indígenas e de uma de suas principais lideranças, Genilson Kezomae, também participaram da reunião o procurador federal César Augusto, representante da Funai, o deputado Wagner Ramos e Ezequiel Fonseca, prefeitos e vereadores da região.

Josi Petegill/Secom-MT